

Luana Frigulha Guisso

Ivana Esteves Passos de Oliveira (orgs.)

# DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES 2

**Teoria e prática em educação,  
ciência e tecnologia**



DIÁLOGO  
EDITORIAL

Luana Frigulha Guisso e  
Ivana Esteves Passos de Oliveira (orgs.)

# **DIÁLOGOS**

# **INTERDISCIPLINARES 2:**

## **Teoria e prática em educação, ciência e tecnologia**

1ª edição

Vitória  
Diálogo Comunicação e Marketing  
2022

Diálogos interdisciplinares 2: Teoria e prática em educação, ciência e tecnologia  
© 2022, Luana Frigulha Guisso e Ivana Esteves Passos de Oliveira.

*Projeto gráfico e editoração*  
Diálogo Comunicação e Marketing

*Capa e diagramação*  
Ilvan Filho

1ª edição

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D537      Diálogos interdisciplinares 2: teoria e prática em  
educação, ciência e tecnologia / organização Luana  
Frigulha Guisso e Ivana Esteves Passos de Oliveira. -  
  
Vitória, ES : Diálogo Comunicação e Marketing, 2022. -  
  
266 p. : il. foto. color. ; 24 cm.  
  
ISBN 978-85-92647-66-7  
DOI 10.29327/564118  
  
1. Educação. 2. Abordagem interdisciplinar do  
conhecimento. I. Guisso, Luana Frigulha. II. Oliveira,  
Ivana Esteves Passos de.

CDD – 370

*Conselho Editorial*

Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes

Dra. Luana Frigulha Guisso

Dra. Ivana Esteves Passos de Oliveira

Dra. Sônia Maria da Costa Barreto

# Apresentação

**A** Diálogo Editorial, em parceria com o Mestrado em Ciência Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré, respaldado por um conselho editorial representado por Doutores e Pós-Doutores, coordenou a editoração desse compilado de dissertações acadêmico-profissionais, implementadas, por docentes e discentes, em diversas áreas do saber, no intuito de propiciar a perpetuação da consolidação dos conhecimentos construídos em investigações na perspectiva transversal das ciências, tecnologia e educação.

O e-book reúne elementos teóricos sobre as áreas supracitadas, e lança foco nas ferramentas criadas durante o processo de investigação, na confluência da prática com a teoria, as quais consolidam novas metodologias e inovação tecnológica, na premissa da criação de caminhos criativos, inovadores e sistematizados pela valorização das tradições e da cultura.

O e-book “Diálogos Interdisciplinares 2: teoria e prática em educação, ciência e tecnologia” apresenta um trabalho incansável de pesquisa desenvolvido pelos alunos e orientadores do curso de Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré.

É importante ressaltar que a leitura de tal compilado é um convite para quem deseja expandir seus estudos em contextos de interdisciplinaridade em Educação, Saúde e História, bem como compreender um pouco mais sobre o desenvolvimento cognitivo da criança, a educação quilombola, o papel da escola na promoção de uma alimentação saudável, o desinteresse escolar, professores de educação física e as redes de diálogos, práticas de convivência e fortalecimento de vínculos com grupos de gestantes, entre outros temas que estão disponíveis.

É preponderante ressaltar que esta coletânea tem a sua tessitura resultante de investigações sobre práticas do cotidiano escolar, escritas sob o olhar contemplativo, observador e reflexivo, o qual alimenta reflexões, que vencem, na obstinação de seus autores, os muros das escolas, reverberando nas comunidades, para buscar ganhar notoriedade e inspirar outros estudos.

***Dra. Luana Frigulha Guisso e  
Dra. Ivana Esteves Passos de Oliveira***

# Sumário

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: UM OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA “ORCI BATALHA” DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES .....	08
Cláudia Márcia Corrêa de Jesus e André Luis Lima Nogueira	
CONTRIBUIÇÕES DAS ATIVIDADES LÚDICAS NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	26
Cristiely Monteiro da Silva e Luana Frigulha Guisso	
O PAPEL DA ESCOLA NA PROMOÇÃO DE UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA EMEF PLURIDOCENTE JIBOIA DE PRESIDENTE KENNEDY-ES .....	41
Daniele Alves Mesquita e Daniel Rodrigues Silva	
DESINTERESSE ESCOLAR DE ESTUDANTE DO ENSINO FUNDAMENTAL II: UM PROBLEMA A SER ENFRENTADO PELA ESCOLA E A FAMÍLIA .....	63
Dilméia Fernandes Pacheco da Silva e Nilda da Silva Pereira	
PRÁTICA DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS COM GRUPOS DE GESTANTES DO CRAS DE PRESIDENTE KENNEDY .....	85
Elisangela Moraes Ayres e Daniel Rodrigues Silva	
COLABORAÇÃO ENTRE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA VIA REDES DE DIÁLOGOS .....	103
José Rodrigo Brioli Polonini e José Roberto Gonçalves de Abreu	
ENTENDENDO A DISFUNÇÃO ERÉTIL MASCULINA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....	129
Josima Lima Oliveira e Daniel Rodrigues Silva	

O IMPACTO DAS RECEITAS DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO SOBRE OS INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY-ES .....	144
Leandra Fontana Tonon	
A ATUAÇÃO DAS ESCOLAS NA DETECÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS .....	160
Leidiane Chaves da Cruz e Luciana Teles Moura	
A REALIDADE DA SÍFILIS EM GESTANTES DO ESPÍRITO SANTO E AS IMPLICAÇÕES TRAZIDAS PARA O EXERCÍCIO DA ENFERMAGEM .....	174
Lusiane Lima Oliveira e Luciana Barbosa Firmes Marinato	
A HISTÓRIA NOSSA DE CADA DIA: PRESIDENTE KENNEDY 1964- 2019, NA VISÃO DOS ALUNOS DA EJA .....	185
Milene da Silva Rodrigues Carvalho e Sebastião Pimentel Franco	
O ENSINO DE HISTÓRIA E A ATUAÇÃO DO DOCENTE: PRINCIPAIS ABORDAGENS SOBRE O ESTUDO DE HISTÓRIA LOCAL NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL .....	200
Poliana Nicoli Fontana e Luana Frigulha Guisso	
CONTRIBUIÇÕES DO FISIOTERAPEUTA NO TRABALHO DOS CUIDADORES DE ALUNOS COM PARALISIA CEREBRAL NO MUNICÍPIO DE MUQUI-ES .....	213
Sirlene de Oliveira Mario Inacio e José Roberto Gonçalves de Abreu	
MARKETING DIGITAL EM MICROS E PEQUENAS EMPRESAS .....	227
Thiago Coelho Scherrer de Souza e Sara Dousseau Arantes	
IMPACTOS DOS ESPAÇOS PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL I .....	245
Urbano da Silva Batista e Juliana Cassani Martins	
OS AUTORES .....	262

# A ATUAÇÃO DAS ESCOLAS NA DETECÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS

*Leidiane Chaves Da Cruz*  
*Luciana Teles Moura*

---

## INTRODUÇÃO

A violência contra crianças e adolescentes tem sido percebida como um grave problema social global, que se faz presente em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Rompendo barreiras sociais, econômicas, religiosas e étnicas, tal fenômeno se constitui como um grande desafio para diversos setores e profissionais que se deparam com sua ocorrência.

Uma questão relevante no enfrentamento de uma grave questão como a violência sexual, diz respeito ao fato dela ser identificada no contexto familiar da vítima ou no ambiente escolar, em razão dos distintos tipos de relações interpessoais, na quais coexistem aspectos de hierarquia de poder, na qual no contexto escolar o fracasso e os comportamentos agressivos, podem ser resultados da violência sexual perpetrada contra crianças e adolescentes.

Diante desta grave questão social, surge o interesse pela realização desta pesquisa. Além disso, a motivação para condução desta, advém da minha experiência profissional acumulada ao longo de 12 anos como professora da rede pública municipal, na qual por diversas ocasiões pude contribuir para o enfrentamento a esse tipo de violência perpetrada contra crianças e adolescentes, a partir da detecção de casos no contexto escolar.

Segundo dados do Disque 100, somente no ano de 2019, foram registrados 159 mil registros no referido serviço, deste 86,8 mil referem-se a violações de direitos de crianças ou adolescentes, representando um aumento de quase 14% quando



comparado a 2018. Destaca-se que a violência sexual representou 11% do número destas denúncias, o que corresponde a 17 mil casos denunciados (BRASIL, 2020).

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Instituto Sou da Paz e o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), pontuam que diante do fechamento das escolas e de outros contextos relevantes para a construção de vínculos de confiança com adultos fora do ambiente familiar, as crianças e adolescentes encontram-se ainda suscetíveis à violência sexual durante a pandemia instaurada pela Covid-19. Tal constatação encontra fundamento em um estudo realizado pelas organizações supracitadas, que objetivou verificar a possível impactos do isolamento social na ocorrência e na notificação da violência sexual, e dar notoriedade a esse grave e recorrente problema, e a premência de avançar nas ações de enfrentamento.

O estudo analisou o número de ocorrências de estupro de vulnerável registrado na Polícia Civil do Estado de São Paulo no período de janeiro de 2016 a junho de 2020, na qual foi constatado que após as medidas de isolamento em razão da Covid-16, houve uma redução dos registro de um crime que vitima principalmente crianças e adolescentes, e que ocorre sobretudo no contexto doméstico que a vítima está inserida, indicando a dificuldade de denunciar tais crimes no contexto de isolamento social, e não sua efetiva redução (UNICEF, 2020)<sup>1</sup>.

Tal competência encontra-se delimitada no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (PNEVESCA), bem como no ECRIAD, considerados documentos importantes no campo de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, ao estabelecerem um conjunto de ações articuladas que viabilizem intervenções técnicas, políticas e financeiras para o enfrentamento deste tipo de violência (BARROS, 2016).

## **CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DA VIOLÊNCIA SEXUAL**

A prostituição infantil pode ser caracterizada como uma prática na qual

---

<sup>1</sup> *Violência sexual contra crianças é crime e deixa traumas para toda a vida (unicef.org).*

os atos sexuais são negociados em troca de pagamento, não só de dinheiro, mas também de satisfação de necessidades básicas da criança (abrigo, vestuário, alimentação, etc) ou de oportunidade de acesso ao consumo de bens e serviços em restaurantes, bares e diversão, por exemplo (FALEIROS, 2004). Cabe ressaltar que esse termo tem sido amplamente questionado por instituições e estudiosos que se debruçam sobre essa temática por compreenderem que essas populações, muitas vezes, não realizam tal atividade por opção, mas são conduzidas a praticá-la em decorrência das suas condições e trajetórias de vidas, sobretudo no que diz respeito à vulnerabilidade e risco social em que se encontram (SANDERSON, 2005).

O tráfico e venda de pessoas para fins sexuais pode ser definido como:

O movimento clandestino e ilícito de pessoas por meio de fronteiras nacionais, principalmente dos países em desenvolvimento e de alguns países com economias em transição, com o objetivo de forçar mulheres e adolescentes a entrar em situações sexualmente ou economicamente opressoras e exploradoras, para lucro dos aliciadores, traficantes e crime organizado ou para outras atividades (por exemplo, trabalho doméstico forçado, emprego ilegal e falsa adoção) (ONU, 1994 apud FALEIROS, 2004, p. 81).

A pornografia infantil é compreendida como toda apresentação por qualquer veículo de comunicação (internet, publicidade, fotografias, cinema, etc.) de situações sexuais explícitas, fictícias ou reais, de criança ou adolescente, bem como a demonstração das partes genitais desses, com o objetivo de oferecer recompensa sexual ao usuário ou consumidores desses produtos (FALEIROS, 2004).

O turismo sexual caracteriza-se por pessoas que saem de suas cidades, países ou regiões com o intuito de obterem satisfação sexual com crianças e/ou adolescentes, em que o principal serviço comercializado é o sexual (FALEIROS, 2004).

Conforme elucidado, embora na sociedade contemporânea haja casos em que a pedofilia é empregada como sinônimo de abuso sexual e confundida até mesmo com a pornografia infantil, os três tipos de violência mencionados acima

são problemas completamente diferentes e que por serem assim exigem formas de enfrentamento distintas (LIBÓRIO, 2003).

## **SINAIS E SINTOMAS DE ABUSO SEXUAL EM CRIANÇAS**

Não são todas as crianças que conseguem revelar o abuso, muitas vezes por temerem as consequências, contudo, podem encontrar diversas formas de expressar seus medos e ansiedades aos adultos. Medos estes que por vezes são muito sutis, e que por isso, podem passar despercebidos ou serem muito claros, e mesmo assim, serem ignorados (SANDERSON, 2005).

Uma comunicação menos direta pode ser percebida em crianças mais jovens com idade inferior a 5 anos, que não são capazes de verbalizar a experiência do abuso, sobretudo se elas são ensinadas para acreditar que o contato sexual é uma parte normal de seu mundo e de sua experiência sexual. Já crianças mais velhas, de até 12 anos, também podem encontrar dificuldade para comunicar de forma direta suas experiências de abuso sexual, e por serem assim, podem buscar formas mais indiretas de fazê-lo. Muito embora os adolescentes apresentem habilidade verbais mais sofisticadas, também podem considerar, até certo ponto, difícil fazer a revelação de forma direta, isso em razão do constrangimento de estar envolvido com abuso sexual ignorados (LIBÓRIO, 2003).

Sanderson (2005) descreve que é preciso estar atento, especialmente, nas mudanças comportamentais que a criança vítima do abuso irá apresentar, tais como: ter pesadelos e distúrbios do sono; ter comportamento sexual inadequado com brinquedos e objetos; torna-se isolada e retraída; regredir nos comportamentos, como por exemplo, fazer xixi na cama; passar por mudanças de personalidade, e sente-se insegura; ter medos inexplicáveis de lugares e pessoas em particular; tem ataques de raiva; apresenta mudanças nos hábitos alimentares; torna-se cheia de segredos; e apresenta sinais físicos, como dor e feridas sem explicação nos genitais, ou doenças sexualmente transmissíveis.

A criança vítima de abuso sexual, experimenta uma série de efeitos emocionais, sendo a vergonha o mais comum deste. Tem-se também, a vergonha, humilhação, repulsa, ódio, desrespeito a si mesma, timidez, culpa, constrangimento, medo, ansiedade, confusão, falta de poder, impotência, raiva, hostilidade, dúvidas sobre si mesma, falta de confiança e iniciativa, inferioridade, sensação de falta de valor e inadequação (SANDERSON, 2005).

Também verifica-se os efeitos interpessoais do abuso sexual nas crianças que se concentram na forma como elas se relacionam com os outros, e na qualidade de seus relacionamentos, na qual apresentam os seguintes sinais: medo da intimidade na qual evita proximidade/abraço/afago/carícias com os outros; falta de confiança em si mesma e nos outros, mostrando-se sempre cautelosa; erotização da proximidade, ódio, e hostilidade; solidão, isolamento, alienação; necessidade de se esconder, ocultar-se, e grande timidez; redução das habilidades de comunicação; autossuficiência; inibição, falta de espontaneidade e de iniciativa; confusão de papéis- crianças/pseudo-adulto; hostilidade e agressividade com os outros; e superdocil, supersensibilidade às necessidades e atitudes dos outros (LIBÓRIO, 2003).

Conforme destaca Sanderson (2005), muitas crianças vítimas de abuso sexual tentam comunicar suas experiências por meio de seus comportamentos. Desta forma, os principais sinais comportamentais expressos por estas crianças são: brincadeiras sexualizadas; promiscuidade; inserção de temas sexuais em desenhos, histórias e jogos; distúrbios de conduta, como pôr fogo em objetos, ataques histéricos; comportamentos regressivos, como fazer xixi na cama, chupar o dedo, dependência; mudança nos padrões de sono e alimentação; comportamentos autodestrutivos, machucar a si mesma, e tentativas de suicídio.

## **O PAPEL DA ESCOLA FRENTE A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Barros (2016) afirma que as instituições escolares, cada vez mais se tornam cenários no qual são identificadas manifestações de distintos tipos de violência. Su-

gere-se que o quantitativo de denúncias realizadas às coordenações e equipe pedagógica, associado ao receio da em fazer as denúncias aos órgãos da Assistência Social aumenta. Não obstante, as pesquisas que fazem a interlocução entre a temática da violência sexual contra criança e o papel da política de educação às discussões da violação de direitos da criança e do adolescente ainda são incipientes e revelam que há uma atuação embrionária da escola na rede de enfrentamento a esse tipo de violência, sugerindo a necessidade de se ter maior consistência nestas ações.

A escola, além de ser uma instituição designada para a promoção de ensino, também engloba uma socialização permanente com expressões de atitudes, comportamentos, hábitos sociais de crianças e adolescentes. Desta forma, é preciso direcionar o olhar para o fato de que a instituição escolar transcende a sua função de ensinar, uma vez que esta é capaz de alcançar vivências subjetivas, podendo dispor de orientações e ações preventivas, detectando e (BARROS, 2016, Apud, SPAZIANI E MAIA, 2015, p.62).

Isto posto, cabe lançar luz sobre o que diz Spaziani e Maia (2015):

Visto que grande parte da rotina infantil se passa na escola, esse ambiente se configura como um local privilegiado para a detecção precoce da violência sexual infantil, bem como para a prevenção dessa modalidade de violência, por meio da educação para a sexualidade. Isso porque a sexualidade infantil se expressa no contexto escolar, por meio de brincadeiras, jogos, autoerotismo e conversas sobre o tema, bem como as crianças vítimas de violência sexual manifestam diversos indicadores em sala de aula. Entretanto, a depender da formação do/a professor/a sobre tais assuntos – ou a ausência desta – essas expressões da sexualidade infantil não são objetos de atenção e reflexão, sendo essas questões omitidas das crianças.

Oportuno se faz também destacar a existência do material intitulado “Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes” elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) e a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), publicado em 2008.

A escola é um espaço privilegiado para a construção da cidadania, onde um convívio harmonioso deve ser capaz de garantir o respeito aos Direitos Humanos e educar a todos no sentido de evitar as manifestações da violência. Dentre os problemas mais pungentes que temos enfrentado no Brasil, estão as diversas formas de violência cometidas contra crianças e adolescentes. A análise desse quadro social revela que as marcas físicas visíveis no corpo deixam um rastro de marcas psicológicas invisíveis e profundas. Combater a teia de violência que muitas vezes começa dentro de casa e em locais que deveriam abrigar, proteger e socializar as pessoas é uma tarefa que somente poderá ser cumprida pela mobilização de uma rede de proteção integral em que a escola se destaca como possuidora de responsabilidade social ampliada (FALEIROS, 2004, p.7).

De acordo com o documento elaborado pelo (Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) intitulado como “A educação que protege contra a violência”, existem três principais características que devem se fazer presentes para que haja a qualidade da educação: ela deve ser integral, contextualizada e com atenção individualizada.

**Integral:** considera, no seu desenvolvimento, as dimensões dos tempos, práticas, conteúdos e territórios das ações educativas, na escola e em outros lugares de aprendizagem. Leva em conta também as articulações intersetoriais entre políticas públicas, a participação contínua e ativa da comunidade e dos próprios estudantes. Envolve principalmente o foco no direito de cada criança e cada adolescente a ter acesso, a permanecer e aprender e a concluir cada etapa da Educação Básica.

**Contextualizada:** leva em conta a realidade das pessoas, do lugar, da cultura e das relações sociais onde se desenvolvem as ações educativas.

**Individualizada:** reconhece cada criança e adolescente como sujeito do processo de aprendizagem, reforçando e valorizando sua cultura, seus conhecimentos e suas possibilidades, apoiando-os no enfrentamento de seus desafios (UNICEF, sd).

Em face destas definições, o UNICEF (sd) reforça o papel da escola diante não apenas do aprendizado, mas também da proteção de crianças e adolescentes. Pois, é nesses contextos que estes vivem longos períodos de suas vidas, que além de se constituir enquanto espaço de aprendizagem, também é palco de relações, de afetos, de valores, de cultura e de direitos, que devem estar refletidos em seu projeto pedagógico, seu currículo, suas práticas e seus sujeitos.

Em relação às principais diretrizes para o enfrentamento a esse tipo de violência, destaca-se o PNEVESCA, que encontra-se estruturado a partir dos respectivos eixos: Análise da Situação, Mobilização e Articulação, Defesa e Responsabilização, Atendimento, Prevenção, Protagonismo Juvenil, Monitoramento e Avaliação. No eixo que prever sobre a prevenção, está posta com clareza sobre a relevância da atuação da escola na proposição de intervenções que tem como foco a educação de crianças e adolescentes acerca de seus direitos de forma a assegurar ações preventivas contra a violência sexual, a fim de viabilizar a estas apoio e proteção por meio de ações educativas com vista à autodefesa, à conscientização e à valorização de suas etapas de crescimento (LIBORIO; CAMARGO, sd; BRASIL, 2020).

Conforme exposto abaixo, em alguns eixos do PNEVESCA (2013), encontram-se delimitadas atribuições que também são de competência do MEC:

**Eixo Prevenção:** promoção de ações educativas/ formativas nos espaços de convivência de crianças e adolescentes para a prevenção ao abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes visando garantir os seus direitos sexuais, observando temas transversais como gênero, raça/etnia, orientação sexual etc.; sensibilização da sociedade em geral e capacitação dos profissionais das áreas da educação, saúde e assistência social quanto aos riscos do abuso e/ou da exploração sexual facilitados pelo uso das ferramentas de tecnologias da informação e da comunicação (TICs), potencializando as formas do uso seguro; e Implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, garantindo que seja inserido o tema de Educação em Sexualidade, de forma transversal, no currículo da Educação Básica e do Ensino Superior de acordo com as diretrizes nacionais para educação em direitos humanos.

**Eixo Atenção:** articulação dos serviços intersetoriais que realizam atendimento nos casos de abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes com os órgãos de investigação e responsabilização.

**Eixo defesa e responsabilização:** implantação e implementação da notificação compulsória por parte dos profissionais da educação, saúde e assistência social com base nos artigos 13 e 245 do ECRID.

**Eixo Participação e Protagonismo:** criação e fortalecimento de espaços organizados de participação proativa de crianças e adolescentes, assegurando a oferta de formação política, visando uma incidência qualificada e efetiva desse público na formulação, monitoramento e avaliação das políticas, programas e ações voltadas para o enfrentamento do abuso e/ou exploração sexual; e, construção de metodologias que promovam a participação e formação de crianças e adolescentes para sua autoproteção ao abuso e/ou exploração sexual e atuação qualificada como agentes multiplicadores.

Isto posto, nota-se a relevância da atuação das escolas no enfrentamento da violência sexual contra crianças e a adolescentes, sobretudo no que concerne ao eixo ‘prevenção’, na qual é dada a estas instituições a responsabilidade pelo desenvolvimento de ações de caráter educativo, a capacitação dos profissionais envolvidos e a inserção do tema sexualidade nos currículos escolares.

Conforme cita Landini (2003) em razão de muitos professores não possuírem formação inicial e/ou continuada, em educação sexual, torna difícil o trabalho de prevenção e detecção de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Assim, muitos professores sentem-se sem preparo para lidarem com tais demandas, e por isso, em casos de suspeita ou de confirmação da violência, optam por não fazerem a notificação facultada.

Sugerem como fatores responsáveis pelos baixos índices de identificação da violência sexual pela escola: o desconhecimento, por parte das educadoras, do ECA e das penalidades aplicáveis ao profissional que não denuncia a suspeita ou a ocorrência da violência; o desconhecimento das consequências da violência sexual sobre o desenvolvimen-



to infante-juvenil; e a necessidade de fatores altamente indicativos de violência sexual, tais como auto-relato e presença de sinais físicos. Na esfera da sexualidade, a atual postura social antagônica e contraditória, que ora estimula a erotização e ora a pune, constitui um dos muitos obstáculos existentes para a intervenção e prevenção na problemática da violência sexual. Por outro lado, a estrutura dos cursos de formação de educadores, de modo geral, não os capacita para a identificação e intervenção nos casos de violência sexual (LANDINI 2003, p.20).

Sendo a escola um espaço de prevenção no combate a violência sexual contra crianças e adolescentes, e os professores são relevantes protagonistas nesse processo, a omissão diante dos casos detectados, contribui para perpetuar a cultura do silêncio que perpassa esse tipo de violência. Cumpre dizer que o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente é composto por um conjunto de órgãos dos quais são responsáveis pela promoção, defesa e o controle na implementação das leis de proteção a crianças e adolescentes.

Dentre estes órgãos, encontram-se os Conselhos Tutelares, o Ministério público, as delegacias especializadas em crimes contra crianças e adolescentes, as Varas da Infância e da Juventude, e a Defensoria Pública. Cabe elencar também, que ao realizar a denúncia de casos identificados, é importante que o professor acompanhe os desdobramentos desta, a fim de interagir com esse conjunto de instituições, o que, por conseguinte, favorece para estimular o funcionamento do sistema e o fortalecimento da rede de proteção a crianças e adolescentes (BARROS, 2016).

Os docentes devem ter a capacidade de identificar crianças que já são vítimas da violação e ensina-las/incentivá-las, por meio de ações educativas e preventivas, a denunciar, buscar ajudar e evitar qualquer tipo de violação. Haja vista a falta de conhecimento, preparo e até o medo de comprometer-se em problemas maiores, muitos profissionais optam por se calar ante casos suspeitos de violência sexual infantil. É necessário romper o silenciamento e o medo dos profissio-

nais, investir nas redes e práticas de detecção e de prevenção para as vítimas, capacitação adequada para os profissionais do âmbito escolar (MADURO; BRITO, 2021, p.113).

Ressalta-se que, é por meio da articulação da escola na rede de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, especialmente, integrando-a na rede de proteção, ela poderá elevar a capilaridade das suas ações, assim como resultar em uma maior troca de experiência com vários atores institucionais, potencializando o acúmulo de experiência e de conhecimento. Entretanto, verifica-se que, de modo geral as escolas não estão atuando de forma articulada à rede de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Tais instituições, não estão promovendo ações específicas de enfrentamento, nem mesmo adotando medidas preventivas que contribuam para um efetivo combate a este tipo de violência, como por exemplo: a disseminação de informação da comunidade escolar sobre a realidade da violência Sexual (ROCHA; LEMOS; LIRIO, 2011).

Acreditamos que a escola deve e pode ser uma parceira de peso de todas as pessoas comprometidas com a luta contra a violência sexual. Ela deve e pode ajudar a romper o pacto de silêncio que ronda os crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Sua ação é de extrema relevância, tanto no movimento pela prevenção do problema – ajudando as crianças e suas famílias a lidarem de forma consciente com a sexualidade -, como também no combate, auxiliando quem sofre essas agressões a ter um atendimento adequado para que volte a ter uma vida mais saudável e feliz (ROCHA; LEMOS; LIRIO, 2011, p.282).

Os professores passam mais parte do tempo com as crianças do que quaisquer outros adultos, até mesmo os pais. Tal cenário, coloca estes profissionais em uma posição de peculiar para conhecer a criança e acompanhar de perto suas mudanças de comportamentos. Por isso, faz-se necessário que estes venham ter um conhecimento correto sobre o abuso sexual, já que poderão ser indispensáveis para a

identificação de crianças que porventura estejam sofrendo abuso, propiciando para estes infantes um ambiente seguro capaz de lhe oferecer as condições necessárias para revelar o abuso sofrido. Não somente isso, as escolas e professores podem exercer um papel de grande importância na educação de crianças no que tange aos perigos do abuso sexual, e a melhor forma para se protegerem (SANDERSON, 2005).

Considerando que as crianças percebem os pais e os professores como a principal fonte de conselhos nas mais diversas áreas, é importante que haja uma comunicação entre a casa e a escola no que concerne o reforço de mensagens de segurança. Deste modo, é preciso que se tenha nas escolas programas que incluam práticas e o treino de mensagens básicas de segurança, bem como encenações que abordem situações potencialmente perigosas, com conselhos para as crianças acerca de como evitá-los e como proceder caso se sintam em perigo (SANDERSON, 2005).

O crucial é que quaisquer programas estruturais oferecidos às crianças passem um conhecimento correto sobre o abuso sexual contra crianças e não mais se concentrem no “estranho perigoso”, incluindo a informação atual de que 87% dos casos de abuso contra crianças são praticados por alguém conhecido e 30% são praticados por adolescentes. Se as crianças recebem informações corretas como essas, será possível orientá-las para que estejam totalmente conscientes dos perigos do abuso sexual e de como podem se proteger (SANDERSON, 2005, p.281).

Cabe elencar que também é imprescindível que os professores sejam capacitados para obterem a compreensão desse fenômeno de forma abrangente, não exclusivamente em termos das complexas questões envolvidas, mas também do impacto que ele exerce sobre a criança. Destaca-se que é a partir do adequado entendimento da criança sexualmente abusada, é que os professores podem conseguir voltar o olhar para identificação de casos de crianças que estão em risco ou que estão em vivenciando tal violação de direito (SANDERSON, 2005).

Impende destacar que os professores são os profissionais do contexto escolar que possuem mais chances de conhecer melhor a criança e serem os primeiros

a perceber mudanças de comportamentos. Por serem importantes fonte de informações sobre as crianças, estes precisam ser inseridos na proteção efetiva destas, em relação ao abuso sexual (SANDERSON, 2005).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado trouxe uma inquietação acerca do abuso sexual em crianças e adolescentes. Oportuno se faz realçar que a escola e o professor possuem um papel ético e legal de notificar aos órgãos competentes casos suspeitos ou confirmados das mais variadas formas de violências que as crianças possam ser acometidas, na qual inclui a violência sexual. O contexto escolar é o ambiente apropriado para a prevenção, intervenção e enfrentamento do tipo de violência a muito vem sendo discutido um aspecto pensado pelos sujeitos integrantes da educação. O abuso sexual é real, tem adentrado o contexto escolar cada vez mais, já é proposto um trabalho preventivo e informativo em lei.

Os profissionais da educação precisam ter sempre consigo o entendimento de que cada aluno possui uma particularidade que precisa ser atendida por ele para que seu trabalho seja desenvolvido da melhor maneira possível, ou até mesmo para que possa encaminhar seu aluno quando julgar necessário. Com o abuso sexual não é diferente; é preciso voltar-se a essa especificidade do aluno e buscar auxiliá-lo da melhor maneira, e o primeiro passo é, sem dúvida, a busca pelo conhecimento aprofundado ao tema.

Perante as considerações dispostas, foi verificado que os objetivos propostos inicialmente foram alcançados por meio dos procedimentos empíricos utilizados, bem como a revisão literária utilizada foi fundamental para as análises e resultados obtidos. No entanto, vê-se que ainda há muitas questões particulares ao abuso em contexto escolar que precisam ser revisitadas e ainda pesquisadas. Não há como concluir um trabalho percebendo que sua questão fundamental continua sem respostas aos que atuam diretamente com o problema.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. de F. (2002). **Violência Familiar: o dilema entre a denúncia e o silêncio**. Como Intervir? Em Anais do I Congresso de Psicologia Clínica (pp. 57-61). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP.
- BARROS, Roberta Dias de; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque; BRINO, Rachel de Faria. **Habilidades de auto proteção acerca do abuso sexual em mulheres com deficiência mental**. In: Revista Brasileira de Educação Especial.v.14 n.1, Marília Jan./Apr. 2016.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** - Lei Federal nº 8.069/90, Imprensa Oficial, CONDECA, 2000.
- FALEIROS, Eva T. Silveira. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Thesaurus, 2004.
- LIBÓRIO, R. M. C; MOURA, J. A. **Projeto Parceria Pacto São Paulo contra a violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Anais em Cd-Rom: I Fórum de Extensão Universitária da FCT-UNESP. Ano 1, vol 1. Presidente Prudente – SP, 2003.
- OMS, **Organização Mundial da Saúde**. Genebra, 1999. **Management of severe malnutrition: a manual for physicians and other senior health workers**. 1 Child nutrition disorders- therapy 2. Nutrition disorders - therapy 3. Manuals 4. Guidelines ISBN 92 4 154511 9 (Classificação NLM: WD 101).
- SANDERSON, C. (2005). **Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais**. São Paulo: M. Books do Brasil.